

## EDUCAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E IDENTIDADE LOCAL

Paulo Louro, ISPA – Instituto Universitário, plouro@ispa.pt

**Resumo:** Num momento em que a descentralização educativa para as autarquias, enquadrada num conjunto de transformações políticas, económicas e sociais, assume maiores proporções, equaciona-se, à luz do conceito de Cidade Educadora, a relevância da promoção da identidade local e o papel que o psicólogo educacional pode desempenhar nesse enquadramento.

Palavras - chave: descentralização, autarquias e identidade local

*“...se deve compreender a nova relevância do poder local. É o antídoto que a razão prática nos vai prescrevendo contra os efeitos desintegradores da globalização”. (Villar, 2001: 3)*

*“ ...no mundo contemporâneo, os objetivos da educação e o processo educativo são de tal complexidade que nenhuma instituição educativa poderá ser suficiente para esta tarefa; a única solução consiste em reestruturar a sociedade de tal forma que se possa comprometer todos os seus segmentos e todas as suas instituições.” (Sicinski, 1990: 235)*

### Introdução

A relevância do poder local tem surgido, nos últimos 20 anos, como um antídoto contra os efeitos desintegradores da globalização. O enfraquecimento progressivo do Estado-Nação, que vê diminuída a sua soberania e a sua capacidade económica e política, cria as condições para uma efetiva descentralização de toda a administração pública, quadro no qual, em função da crescente complexidade dos processos sociais, teremos, também, de entender e estudar as Políticas Públicas.

No âmbito da Educação o processo de descentralização e territorialização das políticas educativas sucede a anteriores práticas por parte do Estado Central, que Charlot (2004) descreve desta forma:

O Estado educador do séc. XIX cuja lógica político-cultural não dá lugar ao local, a não ser marginalmente;

O Estado desenvolvimentista de meados do séc. XX que associa uma lógica económica, tornando possível a legitimação do local com um discurso político que o exclui;

O Estado regulador da atualidade que delega poderes nos estabelecimentos e nas autarquias locais, mas regula e controla, a montante e a jusante. (Charlot, 1994: 27-28)

No caso português temos assistido, desde os anos 80, a medidas que consubstanciam esta ideia de Estado Regulador, com a descentralização, para as autarquias locais e para os estabelecimentos de ensino, de atribuições e competências em diversas áreas.

Pinhal (2010) refere a existência de dois modelos de territorialização, um em que o local apenas surge como quadro de realização de políticas nacionais e outro em que o local surge num quadro de produção de políticas próprias, sejam elas de base comunitária ou de base institucional (Pinhal, 2010: 45).

Se a importância da territorialização das políticas educativas é grande quando pensamos apenas em educação formal, maior será quando equacionamos também as questões da aprendizagem ao longo da vida e da educação não formal e informal.

O papel que os municípios têm tido na promoção de ofertas educativas não formais e dirigidas a públicos-alvo que não apenas as crianças e os jovens, faz reconhecer o carácter fundamental de integrar e articular toda a oferta educativa de um território.

O conceito de Cidade Educadora parece-nos ser aquele que melhor enquadra a ideia de construir um sistema educativo local, ao serviço do desenvolvimento do território, e em que os diferentes tipos e ofertas educativas se articulam e complementam, envolvendo toda a comunidade local.

## **A cidade educadora**

### *Etapas Evolutivas*

Um primeiro momento (Alfieri, 1994, citado por Villar, 2001) caracteriza-se pelo reconhecimento da importância de uma população culta, o que cria as condições para que a comunidade apresente à escola um conjunto de recursos que a Escola irá selecionar, encontrando-nos nesta fase numa situação em que “a abertura da comunidade à Escola não é recíproca”. Nos anos 80, como resultado das críticas a uma visão “escolacêntrica”, começa a perspetivar-se a ideia de que a cidade deve procurar canais alternativos à instituição escolar na relação com os cidadãos, alargando-se também a perspetiva educadora a outros públicos-alvo que não apenas as crianças e jovens. Por outro lado a Escola começa a olhar mais para o território e é nesse enquadramento que contacta mais com o exterior através de saídas e visitas a diversos equipamentos e instituições, do que resulta uma dupla vivência na relação com o território: uma mediada pela escola e outra da iniciativa dos alunos que se relacionam com a cidade fora dos tempos escolares.

Numa terceira fase começa a vislumbrar-se a importância de um projeto educativo territorial, em que se complexificam as relações entre as instituições educativas formais e a comunidade, em que se reconhece a possibilidade de todos os sujeitos participarem na sua construção e em que “... a educação dos meninos, jovens e cidadãos em geral não é só responsabilidade dos estratos tradicionais (Estado, família e escola) mas também do município, das associações, das indústrias culturais, das empresas com vontade educadora e de todas as instâncias da sociedade. Por isso há que potenciar a formação dos agentes educativos não escolares e o fortalecimento do tecido associativo. (Ayuntamiento de Barcelona, 1990: 111)

*Princípios Fundamentais da Carta de Cidades Educadoras*

Para dar corpo ao Movimento das Cidades Educadoras, foi publicada, em 1990, a primeira versão da Carta das Cidades Educadoras, cujos princípios fundamentais eram:

- Educação para a diversidade e cooperação internacional;
- Desenvolvimento de uma política educativa municipal ampla;
- Colaboração inter-administrativa;
- Preservar e difundir a identidade da cidade;
- Potenciar o intercâmbio entre cidades;
- Infância e juventude como construtoras da cidade;
- Cuidar da qualidade dos espaços, infra-estruturas e serviços;
- Fomento da informação e do associativismo;
- Integração intergeracional.

Fonte: Villar (2001)

Na revisão da carta das Cidades Educadora (Novembro de 2004) para além dos princípios acima referidos, verifica-se um acentuar da importância dos seguintes aspetos:

- Planeamento urbano;
- Organização do território;
- Eliminação de todas as barreiras que possam pôr em causa a promoção da igualdade;
- Promoção da participação dos cidadãos;
- Valorização dos equipamentos culturais enquanto instrumentos da Cidade Educadora.

*Movimento das Cidades Educadoras*

O movimento das Cidades Educadoras nasce em Barcelona, 1990, na sequência do I Congresso Internacional de Cidades Educadoras organizado pelo Município desta cidade.

Este Congresso resultou da vontade expressa pelo Presidente da Câmara Municipal de Barcelona de, na cidade, se falar em educação num sentido amplo e não apenas na vertente escolar e da constatação que a família e a escola deixaram de desempenhar o seu papel exclusivo na educação, compartilhando-o com diversas outras instituições públicas e privadas que manifestavam cada vez mais a vontade em se envolverem na formação de cidadãos e realizavam projetos com efeitos educadores.

No período de 1990 a 1992, Barcelona, trabalhou na organização do Congresso de Gotemburgo, na divulgação da Carta e movimento das Cidades Educadoras e na recolha e enriquecimento do Banco Internacional de Experiências, que conta, atualmente, com cerca de 1000 experiências.

#### *Rede Territorial Portuguesa de Cidades Educadoras*

Entre 1990 e 2003 a participação portuguesa é quase confinada aos municípios de Lisboa e Porto, com algumas referências a outros municípios da Área Metropolitana de Lisboa.

A Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras começa a trabalhar como tal e formalmente assim designada a partir de 2003.

Em 2004, a propósito da revisão da Carta das Cidades Educadoras, realizam-se várias reuniões entre os municípios da Rede, contando inclusive com a participação da Secretária-Geral da AICE. Nesta altura faziam parte da Rede 16 municípios. É a partir desta data, e com a constituição de uma Comissão Coordenadora da Rede, no início de 2005, que a mesma ganha novo fôlego, que se materializa na edição de um Boletim. Uma das componentes deste boletim é a apresentação de Boas Práticas dos municípios da Rede.

O concelho de Azambuja onde se sedeiam as experiências a relatar aderiu à RTPCE em 2007, tendo, de forma ininterrupta, participado na edições do Boletim.

### **Projetos de promoção da identidade cultural**

Em 2007, numa das reuniões do Conselho Municipal de Educação de Azambuja, o representante das Juntas de Freguesia nesse órgão referiu do desconhecimento dos alunos em relação ao concelho em que residiam e estudavam. Sendo o concelho de Azambuja heterogéneo do ponto de vista económico, social e cultural haveria um desconhecimento da realidade global que seria importante contrariar. Tendo os restantes membros do conselho concordado com tal análise ficou no ar o desafio, para o qual se disponibilizaram os diferentes membros e que se materializou nos projetos “As Viagens do Zambujinho” e “Azambuja de A a Z”.

#### *Viagens do Zambujinho*

Destinado aos alunos do 1º Ciclo, este projeto baseia-se num conjunto de 10 rotas, correspondentes às 9 freguesias do concelho, tendo a freguesia sede de concelho 2 rotas. A cada rota corresponde não só uma unidade territorial mas também uma temática, que valoriza o que de mais específico existe na freguesia. São as seguintes as Rotas estabelecidas: Azambuja: Rota Urbana e Rota da Lezíria e dos Avieiros; Maçussa: Rota dos Moinhos; Vila Nova de São Pedro: Rota da Arqueologia; Manique do Intendente: Rota Pina Manique; Aveiras de Baixo: Rota Ambiental; Vale do Paraíso: Rota dos 5 sentidos; Vila Nova da Rainha: Rota da Indústria; Alcoentre: Rota dos Vigias; Aveiras de Cima: Rota do Vinho.

As visitas, acompanhadas por técnicos municipais dos setores da Educação, Cultura, Desporto, Museu Municipal, Turismo e Ação Social, mobilizam entidades públicas (as Juntas de Freguesia, os equipamentos municipais, a CP, etc.) e privadas (a Jular, o Jerónimo Martins,

a SIVAC, etc.) mas também pessoas como o pescador, o antigo marinheiro, a dona da padaria, o dono da adega tradicional, o dono da queijaria, o tratador dos cavalos, etc.

Conseguiu-se pois que instituições e individuais fossem reconhecidos no seu papel educativo, valorizando saberes que normalmente a escola ignora.

*“Hoje mais do que nunca as cidades, grandes ou pequenas, dispõem de inúmeras possibilidades educadoras, mas podem ser igualmente sujeitas a forças e inércias deseducadoras. De uma maneira ou de outra, a cidade oferece importantes elementos para uma formação integral: é um sistema complexo e ao mesmo tempo um agente educativo permanente, plural e poliédrico, capaz de contrariar os fatores deseducativos.” In Carta das Cidades Educadoras: 2004*

#### *Azambuja de A a Z*

Dirigido aos alunos do 3º Ciclo, constava de um concurso em que, após sorteio, 8 turmas das várias escolas 2,3 do concelho, trabalhavam 3 letras do alfabeto, apresentando os aspetos positivos do mesmo. Nos 2 anos letivos em que decorreu o projeto foram trabalhados temas tão distintos como Neoclássico, Forno do Povo, Brasões, Toirada, Forcados, Campino, Jornais antigos; Praça da Jorna, etc.

O tratamento dos temas era efetuado com o apoio de serviços e técnicos municipais, dos docentes, de entidades públicas e privadas e de pessoas, tendo a autarquia assegurado os meios para os alunos visitarem e conhecer todos os aspetos relacionados com o tema a ser tratado.

Durante o período do concurso funcionou também um blogue em que os alunos podiam apresentar os seus trabalhos e comentar os dos restantes grupos. Os trabalhos a concurso

tinham uma forma escrita, um momento de apresentação para a comunidade e um tempo de exposição, sendo o conjunto destas modalidades o objeto de apreciação pelo júri.

*“O objetivo permanente da cidade educadora será o de aprender, trocar, partilhar e, por consequência, enriquecer a vida dos seus habitantes” In Carta das Cidades Educadoras: 2004*

Eram objetivos comuns aos 2 projetos:

- Promover o conhecimento do concelho junto dos jovens;
- Identificar e valorizar os diferentes tipos de Património do Concelho (social, económico, ambiental, cultural, geográfico, histórico);
- Contribuir para formação de munícipes/cidadãos esclarecidos que promovam o desenvolvimento económico-social e cultural;
- Impulsionar a integração curricular do Património Concelhio;
- Divulgar à Comunidade os aspetos identificados como mais relevantes;
- Estimular e promover a relação das escolas com as diversas instituições públicas, empresas e entidades particulares do Município;
- Promover a divulgação e utilização de equipamentos e infra-estruturas públicas, que se encontram ao serviço da comunidade.

### **Papel do psicólogo educacional**

No enquadramento dos projetos referidos o psicólogo educacional procura:

- Enriquecimento dos contextos
- Trabalho indireto
- Articulação curricular

Com base nos atuais modelos de intervenção da Psicologia, o papel do psicólogo educacional deverá de ter como referência a procura do enriquecimento dos contextos, cabendo-lhe identificar e capacitar a multiplicidade de agentes educativos. A estruturação dos momentos relacionais entre o agente educativo (as pessoas, as instituições) e os alunos, parecem-nos um contributo inquestionável numa iniciativa desta natureza

A definição das situações, momentos, conteúdos a abordar é, no caso dos projetos apresentados, fundamental para que se possa extrair desses momentos relacionais aquilo que de mais positivo cada instituição ou pessoa tem para contribuir para o processo educativo, no sentido mais amplo do mesmo.

As perspetivas de intervenção da Psicologia têm evoluído de um modelo de trabalho direto para um modelo de trabalho indireto, em que se capacitem os potenciais agentes educativos. Nesse enquadramento os psicólogos envolvidos no projeto procuraram dotar de conhecimentos os docentes (foi com base neste princípio que se realizaram sessões preparatórias das visitas e rotas a realizar) e valorizar cada um dos interlocutores que, ao longo das Rotas, interagem com as turmas envolvidas.

Na tentativa de promover a articulação curricular foram desenhados instrumentos para utilização ao longo das Rotas: o livro de registo e o caderno de bordo.

Estes instrumentos foram concebidos com base nos programas curriculares do 1º Ciclo e procuram o registo (pessoal no caso livro e da turma no caso do diário de bordo) do observado, vivido, sentido, ouvido e, nalguns casos, degustado. Permitiam estes registos a continuidade da rota na Sala de aula (dependendo da utilidade que cada docente reconhecesse nesse instrumento) e a apropriação, à posteriori, da realidade da freguesia visitada.

### Conclusão

Os projetos apresentados situam-se no quadro referencial da Cidade Educadora e procuram ilustrar o papel da intervenção municipal no contexto educativo. Submergidos pelas atribuições e competências “descarregadas” pela Administração Central, sem o poder e capacidade de influenciar as políticas públicas que seria desejável, as autarquias vão encontrando espaços de intervenção, que sem a asfixia e o normativismo do Central, vão procurando atenuar os efeitos da globalização, valorizando o que é local, o que promove a identidade e o que enriquece os ambientes educativos.

Pena será, se um dia, essa asfixia, preocupada com exames e com os resultados de alunos, docentes e escolas, não permitir que se olhe para o que está ao nosso lado, se descubra a riqueza dos nossos vizinhos e de toda a nossa comunidade, valorizando apenas aquilo que é formal e, cada vez mais, instrucional.

### Referências

- AICE (2004). Carta das Cidades Educadora. consultado em 22 de Maio de 2012 através de [http://www.cm-evora.pt/NR/rdonlyres/00004ead/awtuvhezgywlvffaxvjxllxizxmcnmct/Cartadacidade\\_seducadoras.pdf](http://www.cm-evora.pt/NR/rdonlyres/00004ead/awtuvhezgywlvffaxvjxllxizxmcnmct/Cartadacidade_seducadoras.pdf), AYUNTAMIENTO DE BARCELONA (1990): La ciudad educadora. Barcelona: Ayuntamiento de Barcelona.
- Charlot, B. (1994). *L'école et le territoire*. Paris: Armand Collin
- Pinhal, J. (2010). A construção do Sistema Educativo Local in *Administração Educacional*, 7/8. Lisboa: FPAE
- Sicinski, A. (1990). Objectivos educativos e valores culturais, in *Unesco: sobre el futuro de la education*. Hacia el año 2000. Narcea. Madrid. pp.234-240
- Villar, M. (2001). *A cidade educadora. Nova perspectiva de organização e intervenção municipal*. Lisboa: Instituto Piaget.